

DF - Lucas

Consultor do GDF é acusado

O deputado distrital Renato Rainha (PL) vai encaminhar ao procurador-geral do Distrito Federal, Eduardo Albuquerque, documentos sobre a participação de um advogado no esquema de grilagem de terras no Distrito Federal. A gravidade está no fato de o advogado ser, hoje, o consultor jurídico da Secretaria de Assuntos Fundiários (Seaf), Jairo Gonçalves de Lima.

A Seaf é o órgão responsável pela regularização de condomínios.

Entre os documentos estão cópias de certidões, procurações e outros registros lavrados em cartórios de cidades goianas.

Em um deles, Jairo Gonçalves de Lima pede ao juiz da Comarca de Planaltina de Goiás a abertura do inventário de Clarindo de Souza Vasconcelos, em nome da filha e herdeira Maria de Lourdes Souza Vasconcelos, sua cliente. Outro documento atesta que Maria de Lourdes esteve com seu advogado, Jairo Gonçalves de Lima, no cartório de Família de Planaltina de Goiás, e trata, mais uma vez, do inventário de Clarindo. (o cartório é de propriedade da família de Jairo).

O único problema é que Jairo Gonçalves de Lima não poderia ter representado Maria de Lourdes porque ela simplesmente nunca existiu. Clarindo Vasconcelos morreu de cirrose aos 20 anos, em 1945, solteiro e sem filhos. A herdeira foi inventada em uma tentativa de ser legitimada a posse de um terreno de 26 alqueires (125 hectares) no final do Lago Sul, que Clarindo recebera por he-

rança três anos antes de morrer.

Outros documentos mostram que Jairo foi advogado de Dijair Ramalho de Oliveira, conhecido como Didi. Ele é ex-motorista e ex-funcionário da empresa Lumiar, de propriedade dos irmãos Pedro, Márcio, Eustáquio e Alaor Passos — apontados pela CPI da Grilagem como responsáveis pelos fatos mais graves da grilagem no DF.

“ENTREGARAM O GALINHEIRO PARA A RAPOSA TOMAR CONTA. JAIRO NÃO PODE SER ADVOGADO DE GRILEIROS E CUIDAR DA POLÍTICA FUNDIÁRIA NO DF”

RENATO RAINHA

Deputado distrital

Didi afirmou ter comprado direitos hereditários de 110 hectares de terra, também no Lago Sul. A Terracap alegou que a terra era pública, pois tinha sido desapropriada em 1960. Mesmo assim, a Se-

cretaria de Assuntos Fundiários, em um parecer do ano passado, afirmou não haver dúvidas de que a terra é de Didi.

É com base em documentos que descrevem o relacionamento do consultor jurídico Jairo Gonçalves de Lima com pessoas suspeitas de grilagem que o deputado distrital Renato Rainha vai procurar o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios para pedir abertura de investigação judicial contra o consultor da Seaf por improbidade administrativa, corrupção e advocacia administrativa.

Jairo não foi localizado para comentar o assunto. O secretário de Assuntos Fundiários, Odilon Aires, disse não ter conhecimento do relacionamento do consultor com grileiros. “O Jairo realmente trabalha conosco na Consultoria Jurídica, mas jamais permiti tráfico de influência de qualquer pessoa dentro desta secretaria”, afirma.